



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Reforma da sala Villa Lobos custará R\$ 320 milhões

A nova etapa da reforma vai custar 4,5 vezes mais do que foi gasto na Martins Pena - que será inaugurada mesmo no dia 20 deste mês

A reforma da sala Villa Lobos vai custar 4,5 vezes mais do que foi gasto na reforma da sala Martins Pena, afirmou ontem o governador Ibaneis Rocha (MDB), ao anunciar a continuidade das obras de reforma do Teatro Nacional Claudio Santoro.

O edital de licitação para a conclusão das reformas do maior espaço cultural do DF será publicado no dia 18 deste mês pela Novacap - que será responsável por supervisionar a obra. Dois dias depois (como tinha antecipado esta coluna) será reaberta a sala Martins Pena.

O investimento do Distrito Federal será na ordem de R\$ 320 milhões para a reforma da sala Villa Lobos, que tem 1.200 lugares. Na Martins Pena, que tem 400 lugares, o custo chegou à casa dos R\$ 70 milhões. Os recursos são de fonte direta do caixa do GDF.

“Os recursos estão assegurados e, certamente, Brasília terá

todo aquele espaço em funcionamento para que a população possa usufruir de mais um espaço cultural importante da nossa capital”, afirmou Ibaneis Rocha.

“Fiz o compromisso de revitalizar esses ambientes do Distrito Federal que estavam fechados há muitos anos e sem nenhuma providência. No que diz respeito ao teatro, vencemos a primeira etapa da obra”, completou o governador.

Conforme havia antecipado esta coluna, a inauguração da Martins Pena será na sexta-feira, dia 20, último dia útil antes do Natal. “Aguardamos com essa inauguração dar sentido de retomada para a sociedade e para o setor cultural do Distrito Federal.”

A nova licitação contempla as etapas 2, 3 e 4, que incluem as salas Villa-Lobos, Alberto Nepomuceno, Espaço Dercy e anexo e uma fase extra, denominada como a quinta, que prevê a instalação de elevadores de palco.

O Teatro Nacional está fe-

chado há 10 anos. Ele foi interdito pela Defesa Civil e pelo Corpo de Bombeiros após terem sido feitas 13 exigências, entre elas rota de fuga, acessibilidade, sistemas de combate a incêndio e de exaustão. As demandas surgiram após o incêndio na Boate Kiss, tragédia que matou 242 pessoas e feriu 636 outras na cidade de Santa Maria (RS), em janeiro de 2013.

Reforma com requalificação acústica

Os projetos da nova etapa da obra foram todos encaminhados para a aprovação prévia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os detalhes e exigências foram ajustados e será feita uma requalificação acústica na Villa Lobos, uma vez que o espaço é a sede da Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional.

Os custos mais elevados na segunda etapa são justificados pela grandeza do espaço. Além



A sala Martins Pena está praticamente concluída. Estão sendo feitos os ajustes e acabamentos finais

de receber três vezes mais público que a Martins Pena, ela exigirá mais equipamentos e tecnologia, uma vez que sempre teve uma grave deficiência acústica, reconhecida pelo próprio Oscar Niemeyer, autor do projeto.

Segundo o site Concerto, empresa que atua há mais de 20 anos com comunicação e comércio na área da cultura, o projeto acústico, feito sob supervisão do Iphan, ficou a cargo da empresa Solé Associados, que trata do planejamento e concepção de teatros, tendo participado de projetos com o da Sala São Paulo e da Sala Minas Gerais. Em 2013, ela foi contratada - por meio de uma licitação pública - para elaborar o projeto de readequação e modernização do Teatro Nacional (quando ele ainda estava em funcionamento).

Por meio de métodos científicos, que envolvem também medições das ondas sonoras, foi possível identificar o principal problema acústico da sala, que é a sua geometria física. O espaço

tem uma largura excessiva fazendo com que as ondas sonoras não sejam rebatidas de forma adequada. Além disso, o forro tem um desenho indesejável - que não é do projeto original -, que suprime o som. Esse problema estrutural acaba ainda potencializado por materiais impróprios utilizados, como carpetes e forrações.

Para o novo estudo, o escritório avaliou novas práticas e tendências restaurativas - inclusive uma solução eletroacústica que capta o som original e o redireciona por meio de caixas acústicas -, mas concluiu que, basicamente, o projeto de reforma desenvolvido em 2013, aquele que na época fora aprovado pelo Iphan, ainda era o melhor e mais aconselhado. Apenas alguns novos materiais tecnologicamente mais avançados foram incorporados.

O que será entregue agora

Há dois anos, quando foi licitada, a reforma da sala Martins

Pena estava orçada em R\$ 49,7 milhões. A vencedora foi a Porto Belo Engenharia e Comércio, que apresentou a melhor proposta, orçada em R\$ 49,7 milhões. Os reajustes aconteceram, segundo a Novacap, por ajustes previstos em contrato.

Essa primeira etapa contou reforma das instalações prediais, sobretudo elétrica, hidráulica e de climatização; recuperação estrutural; restauração de pisos e revestimentos acústico, esquadrias e de mobiliários, além de atualização tecnológica e de segurança das estruturas e dos mecanismos cênicos, respeitando os requisitos de acessibilidade. Todos os trabalhos levaram em consideração as diretrizes de preservação do tombamento.

As duas novas saídas de emergência estão prontas, bem como novos banheiros, o reservatório externo de incêndio com capacidade para 350 mil litros de água, as salas onde serão armazenados os cinco geradores de energia - dois deles já foram instalados -, o sistema de ventilação e os novos elevadores.

A Sala Martins Pena está praticamente concluída com carpetes, cortinas e as novas poltronas instaladas. Atualmente, a obra está em fase de acabamentos, pinturas e testes necessários para a reabertura.

Patrimônio cultural e economia criativa em pauta

Divulgação/Tátika Comunicação

Brasília será o centro das discussões sobre artes e patrimônio cultural de hoje(4) até sexta (6), com a realização do “Encontro Empreendedor da Economia Criativa do Patrimônio Cultural”, como parte da programação da exposição “Museu Imaginário”, que comemora os 40 anos do MAB - Museu Nacional de Brasília e está aberta à visitação pública até 20 de janeiro.

O evento, que acontecerá na Biblioteca Nacional de Brasília, tem a curadoria de Cláudio Pereira e coordenação de Cláudio Pereira e Danielle Athayde recém-chegados de Porto, Portugal, onde comandaram o Seminário Internacional “Brasília-Porto 2024: Patrimônio, Turismo, Sustentabilidade e a CPLP”.

A programação reúne nomes de peso, como Tarsilinha do Amaral, neta e gestora da obra de Tarsila do Amaral, que abordará o legado da artista modernista. A pioneira do design brasileiro Marili Brandão também marca presença, com



Cláudio Pereira e Danielle Athayde, os curadores do evento

uma palestra sobre o papel do Brasil no cenário do design global.

O leiloeiro e marchand James Lisboa discutirá mercado de arte e memória, enquanto o artista plástico Carlos Bracher e o jornalista Zé Roberto Silva compartilham reflexões sobre o processo criativo e lançam o livro Azazul. Ainda entre os destaques está Cláudia Ramalho, superintendente do Sesi Lab, que explora as conexões entre arte e tecnologia na capital.

A professora e crítica de

arte Daisy Peccinini, do MAC-USP, oferecerá uma visita guiada pela exposição Museu Imaginário, trazendo à tona questões sobre memória e patrimônio em acervos públicos e privados. No formato virtual, o evento contará com Dra. Cláudia Leitão, referência em economia criativa, Sidney Possuelo, destacado indigenista, ex-presidente da FUNAI e Dr. Luis Souza, referência em Preservação Patrimonial (CECOR/UFMG), Prêmio Forbes pelo conjunto da obra.

GDF nega envolvimento de Ibaneis na cessão de estacionamento público

Google Maps

O mistério sobre de onde partiu a ordem para fechar um estacionamento público, com 271 vagas, situado próximo à Praça dos Três Poderes, começa a ser solucionado. Ontem, “Brasilianas” publicou aqui o que se ouvia nos corredores da Câmara dos Deputados: que havia sido ordem do governador Ibaneis Rocha (MDB).

Após dois dias de insistência por parte desta coluna, e de ontem reiterar também por duas vezes o pedido de explicações, o Palácio do Buriti tratou de eximir o governador da confusão, que resultou no fechamento de uma área pública, sem prévia comunicação com ninguém.

“O estacionamento foi fechado pela segurança do Supremo Tribunal Federal (STF)”, disse a assessoria de imprensa de Ibaneis Rocha. Até então, o que se ventilava é que o governador havia mandado fechar, que tinha privatizado ou mesmo “doado” o espaço para o Supremo.

De posse da informação de que o GDF atribuía a responsabilidade do fechamento tão-somente ao Supremo Tribunal Federal, outra “batalha” foi iniciada por esta coluna. Ao fim de vários pedidos e muita insistência, a assessoria de imprensa do STF enfim



Esta é uma imagem antiga do estacionamento público (que ora está fechado) ao lado do STF

confirmou que partiu mesmo de lá a decisão do fechamento.

“O estacionamento está fechado desde o atentado de 13 de novembro por questões de segurança e somente será reaberto após reestruturação para fins de controle de acesso”, afirmou a assessoria.

Só que, daí, surgiram outras inconsistências. O estacionamento foi fechado no dia 27 de novembro - e não desde o atentado, no dia 13. E o carro que explodiu não estava nesse espaço fechado, mas em outro estacionamento, em frente ao Anexo IV da Câmara - distante cerca de 200 metros.

Descoberto o mistério, ou-

tras perguntas continuam. “Brasilianas” insistiu em saber quando será reaberta a via de acesso da S-2 à Praça dos Três Poderes (interditada, junto com o estacionamento) e, se após a tal reestruturação, se o acesso continuaria público. “Vamos aguardar”, afirmou a assessoria do STF.

Vale lembrar, ainda, que a área foi fechada sem que fosse feita qualquer comunicação prévia a alguém. Nem mesmo à vizinha Câmara dos Deputados, que também ocupa o espaço junto com o público. E que o espaço, fechado, está subutilizado - ontem foi registrado o uso por pouco mais de 10 carros no espaço, onde cabem 270 veículos.

TJDFT: Decisão beneficia detenta

Defensoria Pública identifica violação por ela ser deficiente

Da Redação

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) acolheu o pedido da Defensoria Pública do Distrito Federal, e assegurou prisão domiciliar para presa com deficiência em condições precárias.

“Mulheres com deficiência enfrentam desafios únicos em ambientes prisionais, frequentemente inadequados para atender suas necessida-

des específicas de mobilidade, saúde e assistência”, avaliou o defensor público-geral, Celestino Chupel.

Garantia de direitos

Acompanhados por policiais penais, os defensores públicos fizeram vistoria na estrutura dos blocos, entrevistas com as pessoas com deficiência privadas de liberdade, além de registros fotográficos. A iniciativa verifica a garantia



Deficiência física garantia benefício à detenta

de direitos das pessoas com deficiência em situação de

privação de liberdade nos aspectos de acessibilidade, aces-

so à saúde e dignidade pessoal para identificar eventuais problemas materiais e humanos na unidade prisional.

A ré, presa em abril deste ano, tem impedimento físico provocado por acidente. Desde a prisão, ela não teve atendimento fisioterápico, agravando o impedimento físico de suas pernas, pois a equipe da unidade básica de saúde (UBS) da Penitenciária Feminina do DF é voltada ao atendimento primário - ao passo que as sessões de fisioterapia compõem serviços da atenção secundária, e não houve atendimento da respectiva rede.

Humanização

Os defensores públicos do Najcst, Alexandre Fernandes Silva, Marina Cunha, Luisa Albuquerque e Caio Cipriano, do Núcleo de Assistência Jurídica das Audiências de Custódia e da Tutela Coletiva dos Presos Provisórios (Najcst), destacam que a prisão domiciliar não apenas assegura que essas mulheres possam cumprir medidas restritivas em um ambiente mais apropriado, mas também contribui para a humanização do sistema penal.

Com informações da Agência Brasília